FORMAÇÃO EM MÚSICA NO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD): ESTADO DO CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS (2002-2020)

*Music training through distance learning:
state of knowledge in Brazilian theses and
dissertations (2002-2020)*

*Formación musical en la educación
a distancia: estado del conocimiento en tesis
y disertaciones brasileñas (2002-2020)*

ANDRÉ LUIZ LOPES DE ARAÚJO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
andre_luiz@hotmail.com

LUIZ AUGUSTO DE PAULA SOUZA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
lpaulasouza@pucsp.br

Resumo: Este estudo investiga o que tem sido pesquisado nos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* sobre a temática “ensino de música a distância”, em quais instituições de ensino superior (IES) e programas de pós-graduação (PPGs), bem como a distribuição dessa produção pelas regiões do país. Como método, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, delineada como estudo do estado do conhecimento. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que compreendeu os anos de 2002 a 2020. Foram identificados 50 trabalhos, sendo 16 teses e 34 dissertações. Os resultados apontam uma produção não muito robusta, desigualmente distribuída pelas regiões do país e, em grande medida, realizada pelos PPGs em música de IES públicas. Os sentidos e efeitos dessas características são discutidos à luz da revisão da literatura. Conclui-se que a reflexão sobre aspectos da produção científica no ensino a distância em música é necessária para colaborar na compreensão do fenômeno e da situação brasileira nesse campo, uma vez que a EaD em música é relativamente recente, e ensinar a distância conteúdos que eram desenvolvidos exclusivamente de modo presencial é um desafio cujo enfrentamento ainda precisa ser ampliado e estimulado.

Palavras-chave: Educação musical a distância. Pedagogia musical online. Ensino de música a distância.

Abstract: This article investigates what has been researched on “distance teaching of music” in Brazilian postgraduate programs, in which Universities, colleges, and postgraduate programs these studies have been conducted, as well as the distribution of these researches across the country. A literature review, outlined as a State of Knowledge study, was carried out as the research method. The data were collected in the Capes Thesis and Dissertations Catalog, encompassing the years from 2002 to 2020. It was identified 50 works, 16 Ph.D. dissertations, and 34 master thesis. The results present a modest production, unequally distributed throughout the country and performed mainly by music postgraduate programs at public universities and colleges. The meaning and effect of these features are discussed based on the literature review. In conclusion, reflecting on aspects of the scientific production in distance teaching of music is necessary to collaborate with the understanding of the phenomenon, and the Brazilian situation in this field since distance education in music is relatively recent. In addition, teaching content previously developed exclusively in person is a challenge whose face still needs to be expanded and stimulated.

Keywords: Distance music education. Online music pedagogy. Distance teaching of music.

Resumen: Este estudio investiga lo investigado en los programas de posgrado *stricto sensu* brasileños sobre el tema “educación a distancia de la música”, en el que participan las Instituciones de Enseñanza Superior (IES) y los Programas de Posgrado (PPG), así como la distribución de esa producción por las regiones de el país. Como método se realizó una investigación bibliográfica, diseñada como un estudio del Estado del Conocimiento. Los datos fueron recolectados en el Catálogo de Tesis y Dissertaciones de la Capes, que abarcó los años 2002 a 2020. Se identificaron 50 trabajos, 16 tesis y 34 disertaciones. Los resultados apuntan a una producción poco robusta, desigualmente distribuida entre las regiones del país y, en gran medida, realizada por PPG en música de las IES públicas. Los significados y efectos de estas características se discuten a la luz de la revisión de la literatura. Se concluye que la reflexión sobre aspectos de la producción científica en la educación a distancia en música es necesaria para colaborar en la comprensión del fenómeno y de la situación brasileña en este campo, ya que la educación a distancia en música es relativamente reciente, y enseñar contenidos que fueron desarrollados previamente. exclusivamente en persona es un desafío cuyo rostro aún necesita ser ampliado y estimulado.

Palabras clave: Educación musical a distancia. Pedagogía musical en línea. Enseñanza musical a distancia.

INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) no nível superior, em alguma medida, democratizou o ensino superior no Brasil, uma vez que possibilitou às cidades sem instituição de ensino superior (IES) ter acesso à formação universitária em várias áreas do conhecimento (Borges, 2015; Sarmiento; Bezerra; Brito; Bailosa; Callera; Valente; Seffair; Dourado Neta, 2021).

Por seu lado, a democratização do ensino superior tem caráter social inclusivo e, nesse sentido, promove cidadania, oferece oportunidades e facilita a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, Hernandes (2017) afirma que a EaD expandiu e interiorizou o ensino superior, reduzindo a desigualdade na oferta de cursos, diminuindo as barreiras que impedem o acesso ao conhecimento, além de resolver o problema da falta de professores com a formação exigida em certas regiões, ou seja, licenciados, licenciados, para atuarem na educação básica.

Os cursos de música, que até então eram apenas presenciais, passaram a ser ofertados também na modalidade EaD. Esse movimento deveu-se a alguns fatores, entre os quais se destacam a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a expansão da internet e o advento das chamadas novas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Segundo Costa (2013), o sistema UAB favoreceu a oferta da licenciatura em música, visando a formação de professores de educação musical para atuarem na educação básica com o ensino de música.

A licenciatura em música na EaD vem sendo ofertada no Brasil desde 2007, quando foram iniciados os primeiros cursos nessa modalidade, em cuja diretriz curricular constam disciplinas práticas como: instrumento harmônico (violão ou teclado), instrumento de sopro (flauta doce), instrumentos percussivos, canto, canto coral, prática de conjunto instrumental, dentre outras.

Desenvolver o ensino na modalidade a distância é diferente de fazê-lo no ensino presencial, mesmo para professores com muita experiência profissional. Isso ocorre porque há necessidade de diferentes habilidades e estratégias em razão da mediação pelas TDIC (Haas; Lopes, 2014), e elas, em geral, se expressam por vários fatores, por exemplo: o planejamento das aulas

é realizado com muita antecedência e a sua inserção no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) ocorre de 90 a 30 dias antes do início do período letivo; a elaboração e o desenvolvimento do material didático orienta a trajetória de ensino na ausência do contato presencial entre os atores do processo educacional, constituindo-se em ferramenta importante de interação digital entre o professor e o estudante, bem como de apoio à aprendizagem a distância.

Sendo assim, essas práticas não são a mera transposição do modelo pedagógico presencial para o ensino a distância. A EaD requer formatos próprios, muitos dos quais estão ainda em fase de desenvolvimento no âmbito do ensino de música. É o que aponta um estudo realizado por Costa (2013), que investigou os modos pelos quais o ensino do instrumento teclado ocorre na modalidade a distância em uma universidade pública. Os seus resultados indicam que o ensino de teclado a distância ocorre, prioritariamente, de modo assíncrono, isto é, em atividades sem a presença do professor em tempo real. O artigo destaca também a importância da formação dos docentes e discentes no uso das TDIC no processo de ensino/aprendizagem em EaD. Concluiu que, sob tais variáveis, o ensino a distância de teclado é viável e cumpre a finalidade a que se propõe: desenvolver as habilidades de leitura musical, técnica instrumentista, harmonização e execução do repertório proposto.

As estratégias e abordagens no ensino de música a distância estão, obviamente, apoiadas nas TDIC, diferentemente do ensino presencial. Nesse sentido, analisar e sistematizar a produção científica a respeito do processo de ensino em EaD pode ser útil para, em acordo com Frigotto, Ciavatta, Ramos e Gomes (2010), captar aspectos do fenômeno e seus contrastes, buscando evidenciá-los e ordená-los de modo que, sob certas condições, seja possível neles intervir.

Foi essa a direção de nossa pesquisa. Por meio de um estudo do estado do conhecimento levantou-se o que tem sido pesquisado nos programas de pós-graduação brasileiros (teses de doutorado e dissertações de mestrado) sobre a temática “ensino de música a distância”, mapeando e escrutinando ideias e abordagens investigadas desde, digamos assim, a preparação e a implantação do ensino de música na modalidade EaD.

REVISÃO DE LITERATURA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) definiu, de forma clara, os princípios e critérios da educação a distância (EaD) que, por sua vez, foram regulamentados, inicialmente, pelo Decreto nº 5.622/2005 (Brasil, 2005). Esse decreto disciplinou a relação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem realizados com a utilização de tecnologias de comunicação e informação na efetuação de atividades educativas por professores e estudantes, ambos em espaços e lugares diferentes e em tempos diversos (Mattar, 2013). Outras normativas surgiram ao longo dos anos, sendo a mais atual o Decreto nº 9.057/2017 (Brasil, 2017), que regulamenta a educação a distância e flexibiliza os critérios para a oferta de cursos nessa modalidade.

Na prática, os cursos de graduação/licenciatura em música na EaD só foram possíveis a partir da criação, em 2005, do sistema Universidade Aberta do Brasil. A UAB foi instituída pelo Decreto nº 5.800/2006 (Brasil, 2006) e tem como finalidade implementar programas educacionais pelo Brasil e expandir graduações gratuitas na modalidade a distância em regiões isoladas, democratizando o acesso ao ensino superior (Hernandes, 2017).

O sistema UAB não é o de uma universidade convencional, trata-se de instância administrativa, mediadora e interlocutora de diversos setores públicos na execução da EaD. Pinto Junior e Nogueira (2014, p. 231-232) esclarecem que,

embora seja denominada Universidade, a UAB não se constitui numa instituição de ensino, nos moldes das tradicionais Instituições de Ensino Superior (IES) de ensino presencial existentes no país, pois não possui reitor, professores, sedes e nem pessoal próprio. Aliás, como o próprio nome já diz, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), é um sistema formado por uma complexa rede, baseada em uma relação de parceria tripartite [União, estados e municípios].

Os supracitados autores pontuam que as IES são as responsáveis pela oferta, pelos aspectos pedagógicos e operacionais do tripé ensino-pesquisa-extensão nos cursos EaD e pelos profissionais envolvidos no processo da EaD, como professores, técnicos em informática e em produção de mídias, administradores e secretários. Também são responsáveis pela produção de aulas e do material de apoio (livros, apostilas, mídias, etc.), pelo suporte técnico e pedagógico aos polos de apoio presencial, pela capacitação de tutores, manutenção de rede de dados e todo sistema de gestão acadêmica do curso. Os autores afirmam ainda que os alunos pertencem às instituições que ofertam os cursos e não à UAB, pois todo processo institucional – criação e reconhecimento dos cursos ofertados pelo sistema, seleção, ingresso, histórico e diplomação dos alunos – é realizado no sistema acadêmico das IES. No sistema UAB não consta nenhum registro dos discentes.

O acesso à educação superior proporcionado pelo sistema UAB em regiões distantes, com pouca oferta de graduações presenciais, quer resultar na melhora da qualidade de vida das pessoas, garantindo o direito constitucional de acesso à educação, e incentivando o desenvolvimento humano e a ascensão social para impulsionar novas possibilidades no mercado de trabalho (Hernandes, 2017).

Com o sistema UAB, no ano de 2007 três cursos superiores de licenciatura em música na modalidade a distância surgiram nas seguintes universidades: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de Brasília (UnB), como esclarece Méio (2014). A criação desses cursos teve como finalidade formar professores de música para atuarem na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio na musicalização de crianças, jovens e adultos, ou seja, a finalidade foi formar licenciados em música para atender a educação básica (Méio, 2014).

Na atualidade, no Brasil, outras IES públicas e privadas ofertam cursos de licenciatura em música e algumas contam com o bacharelado de instrumento musical e canto (Brasil, 2021). Os cursos de música em nível superior e pós-graduação EaD são ofertados também em IES no exterior, destacando-se a Open University e Reading University, ambas na Inglaterra (Braga, 2009). Cursos EaD em música são oferecidos ainda por outros países como África do Sul, Austrália, Canadá e Estados Unidos (Henderson Filho, 2007).

Desse modo, a oferta de cursos superiores em música na modalidade a distância já constitui campo fértil para pesquisas científicas a respeito do ensino e da aprendizagem da música nessa modalidade. Além disso, também são realizados por meio da EaD cursos livres e projetos de extensão em música, por exemplo. Significa dizer que a pesquisa científica poderá abarcar também essas produções – no caso de nossa pesquisa isto, de fato, aconteceu.

A implantação da EaD em música é muito recente e a análise crítica da mediação das TDIC nesse universo é necessária, uma vez que ela impulsiona novas estratégias e abordagens nas formas de transmitir e receber conhecimento, em geral e na área da música em particular. Nessa medida, precisa ser acompanhada e avaliada para se tirar dela o que de melhor puder oferecer, evitando, por outro lado, eventuais problemas, distorções e insuficiências.

Se é assim, destaque-se que os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil são responsáveis por grande parte da produção científica do país nos últimos 45 anos, conforme apontam vários autores (Catani; Oliveira; Michelotto, 2010; Fagerlande, 2018; Kuenzer; Moraes, 2005; Oliveira; Moraes, 2016). Boa parte dessa produção corresponde a dissertações de mestrado e teses de doutorado que, além de colaborarem com a produção de conhecimentos, têm também o papel de formar pesquisadores e aprimorar competências profissionais. Em ambos os casos o processo passa pelo crivo da pesquisa científica e da produção de conhecimentos em variados níveis de aprofundamento e complexidade (Severino, 2009).

A pesquisa em música, naturalmente, desenvolve conhecimentos relacionados à performance, ao conhecimento em arte/música, às relações e sentidos da música na história e na vida social, e também novas práticas e tecnologias de ensino-aprendizagem em música, ajudando a realizar esses intentos de forma sistemática e fundamentada. Nessa perspectiva, Pereira (2020, p. 106) comenta que

a pós-graduação em Música possui grande potencial de impacto social, uma vez que contribui para a formação de profissionais que participam da construção de possibilidades para que todos usufruam do seu direito de ter uma vida musical robusta e ativa, de serem protagonistas na vida cultural de sua comunidade. E é preciso conscientizar não somente os pares que conosco frequentam o campo científico, mas toda a população. E essa é uma tarefa árdua que também precisamos assumir.

Assim como Pereira (2020), outros autores têm pesquisado a produção de pesquisa sobre o ensino de música em programas de pós-graduação brasileiros (Fernandes, 2006; Kerr; Carvalho, 2005; Oliveira, 2018; Pires; Dalben, 2013).

Essas breves referências a pesquisas relacionadas ao campo da educação musical sugerem a pertinência do presente trabalho, destinado ao levantamento da produção científica brasileira, o estado do conhecimento das teses e dissertações que abordam a questão do ensino a distância de música.

Além de estar alinhado a tendências de pesquisa em educação musical, nosso estudo quer contribuir com a formação dos profissionais da área, abrindo espaço para o conhecimento das questões pesquisadas, das IES com experiência mais extensa e de maior volume na temática, bem como da distribuição da produção pós-graduada sobre ensino de música a distância pelas IES e pelas regiões do país, buscando contribuir na consecução do direito à cultura, em particular à música, defendida há pouco por meio de posição expressa por Pereira (2020).

METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica, delineada como estudo do estado do conhecimento, que, segundo Romanowski e Ens (2006), é uma investigação que delimita o escopo das publicações a serem pesquisadas, ou seja, aborda apenas um setor das publicações científicas sobre o tema proposto, diferenciando-se dos estudos de tipo estado da arte, que buscam analisar as mais diversas produções de uma determinada área do conhecimento. As autoras pontuam que tanto os estudos do estado da arte quanto os do estado do conhecimento buscam realizar um levantamento das produções científicas numa dada temática e área de conhecimento. Tais estudos justificam-se pela oportunidade de oferecer

uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas [...], bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes (Romanowski; Ens, 2006, p. 40).

Soares e Maciel (2000, p. 9) já afirmavam basicamente o mesmo: “Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos.”

Na música, levantamentos com essa metodologia foram realizados por diversos autores (Fernandes, 2006; Oliveira, 2018; Pires; Dalben, 2013; entre outros), os quais oferecem parâmetros de interesse sobre as temáticas pesquisadas. Nessa perspectiva, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – órgão do Ministério da Educação – tem uma página em seu site intitulada “Estado do Conhecimento”, dispondo vários trabalhos que utilizaram essa metodologia de levantamento de teses, dissertações

e outros projetos de pesquisa (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020).

Aqui, o levantamento do estado do conhecimento na formação em música por EaD tem caráter descritivo e será realizado com teses e dissertações brasileiras do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi criado em julho de 2002 com a finalidade de disponibilizar os resumos e as referências das teses e dissertações produzidas nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado, em âmbito nacional, facilitando o acesso público a essas informações (Brasil, 2016a).

Por meio desse catálogo é possível realizar busca a partir dos seguintes indexadores: tipo de trabalho; ano de publicação; autor; orientador; banca de avaliação; grande área de conhecimento; área de conhecimento; área de avaliação; área de concentração; nome do programa de pós-graduação; instituição; biblioteca de origem; ano de defesa do trabalho; palavras-chave; linha de pesquisa; e agência financiadora. O catálogo também permite a pesquisa no campo resumo e há possibilidade de realizar busca simultânea em todos os campos listados (Brasil, 2016a).

Dentre tais possibilidades de busca, determinou-se aqui dois caminhos. O primeiro por descritores (palavras-chave) e suas combinações, a saber: música a distância; educação musical a distância; música EaD; formação continuada em educação musical EaD; educação musical via web; tecnologias para educação musical; TDIC na educação musical; escuta musical/EaD; ensino online de música.

O segundo caminho foi o nome do orientador de cada trabalho, que surgiu a partir das palavras-chave e suas combinações. Por meio do nome do orientador foi possível averiguar se houve outros trabalhos que ele orientou com a temática em questão, que as palavras-chave (e suas combinações), eventualmente, não tenham contemplado. Com essa estratégia ampliou-se a pesquisa e abarcou-se diferentes PPGs, além dos de música.

A busca das palavras-chaves se deu com o comando entre aspas (“”), uma vez que esse procedimento efetua a ocorrência exata. Após a busca, que compreendeu os anos de 2002 (primeiro registro sobre a temática, anterior ao início dos cursos de licenciatura EaD em música) a 2020, identificou-se 50 trabalhos, sendo 16 teses e 34 dissertações. As variáveis do estudo foram: o tipo de instituição de ensino (estadual, federal, privada); região geográfica da instituição (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste); nome do programa; ano de defesa do trabalho; título; e autor.

Para finalizar a seção destinada ao método, vale destacar que, em razão da natureza bibliográfica, não houve necessidade de submissão da pesquisa a comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados de nossa pesquisa estão dispostos a seguir sob a forma de quadros sinópticos, seguidos – cada um deles – da análise e discussão dos dados ali descritos.

Programas de Pós-Graduação com mestrados e doutorados sobre EaD em música

Programa de pós-graduação	Música	Políticas públicas e formação humana	Educação	Engenharia elétrica e computação	Imagem e som	Ciência da computação	Desenvolvimento humano e tecnologias
Teses	9	1	5			1	
Dissertações	21		7	1	1	3	1
Total	30	1	12	1	1	4	1

Quadro 1: Programas de pós-graduação.

Como se vê, os PPGs em música realizaram mais pesquisas no tema do estudo: 9 teses e 21 dissertações, num total de 30 defesas. Todos esses trabalhos foram em universidades públicas, uma vez que as universidades privadas, geralmente, oferecem apenas a graduação e – às vezes – a especialização (*lato sensu*) nessa área.

Os dados, agregados à verificação da autoria das teses e dissertações, sugerem também a tendência dos sujeitos em buscar aperfeiçoamento dentro do seu próprio campo de formação graduada e/ou de atuação profissional, o que corrobora a percepção de Pereira (2020). Pelo que se pôde verificar, os autores das teses e dissertações dos PPGs da área de música são profissionais formados e/ou que atuam nesse campo. Essa observação está de acordo com o achado de Faro (2013): 83,9% dos sujeitos que participaram de sua pesquisa faziam pós-graduação (mestrado ou doutorado) na mesma área da graduação.

A pós-graduação em educação foi a área com o segundo maior número de defesas: 5 teses e 7 dissertações, num total de 12. A pós-graduação em educação é, certamente, uma área de estudos e pesquisas que, além de suas especificidades, guarda caráter transversal em relação às demais áreas do conhecimento, sobretudo para os pesquisadores de outras áreas que pretendem

se aprimorar e produzir conhecimentos sobre o ensino em seus campos profissionais próprios, o que possibilita a estudantes/profissionais de qualquer formação o desenvolvimento de pesquisa em PPGs da área de educação.

Além dessas considerações mais gerais, o Quadro 1 permite ainda levantar uma hipótese em sentido bem estrito e que talvez mereça maior detalhamento em outros estudos: considerando apenas a pequena dispersão por áreas de pós-graduação dos mestrados e doutorados sobre EaD em música no catálogo da Capes, é razoável indagar sobre o grau de interdisciplinaridade no tratamento da temática. Naturalmente, a interdisciplinaridade não pode ser aferida apenas pelas áreas nas quais os trabalhos são desenvolvidos, ela também supõe, por exemplo e entre outras dimensões, o diálogo com outras disciplinas na fundamentação teórica e metodológica que sustenta cada um dos trabalhos de pesquisa.

No entanto, a presença da temática em poucas áreas de pesquisa pós-graduada pode ser um índice de “timidez” em termos interdisciplinares, uma vez que, conforme Oliveira e Almeida (2011, p. 48), a interdisciplinaridade passou a ocupar papel central na produção científica, posto que busca ultrapassar os limites da formação inicial de disciplinas específicas da área, permitindo “que se estabeleça uma colaboração científica para estudar os objetos a partir de suas dinâmicas [...]”

Todavia, desenvolver pesquisa interdisciplinar é um desafio para pesquisador e orientador, uma vez que as especificidades de cada campo não podem sobrepor as dos outros campos, ao contrário, precisa haver sinergia entre saberes, por meio de processos dialógicos e reflexivos que sejam capazes de ampliar conceitos e métodos com o intuito de obter uma leitura mais aprofundada dos fenômenos pesquisados, da realidade que nos cerca (Oliveira; Almeida, 2011).

Distribuição das teses e dissertação no tempo

Ano	2002	2003	2004	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tese		1	1	1	1	3		1	2				2	3	1	
Dissertação	2	1				1	4	1	6	6	5	1	5		1	1
Total	2	2	1	1	1	4	4	2	8	6	5	1	7	3	2	1

Quadro 2: Ano de defesa das teses e dissertações.

O ano de defesa das teses e dissertações disposto no Quadro 2 indica que o maior número de defesas de teses foi em 2010 e 2018: 3 em cada ano. As dissertações tiveram maior incidência de defesas nos anos de 2013 e 2014, com 6 defesas em cada ano, e nos anos de 2015 e 2017, com 5 defesas em cada um.

Os dados mostram que entre 2004 a 2009 não houve defesa de dissertações, e de 2014 a 2017 não houve defesas de doutorado. Além desses intervalos, talvez sugestivos de que não haja ainda regularidade e consistência em termos de pesquisa, a temática não teve incremento ao longo do tempo.

Esses dados chamam atenção, sobretudo, pelo fato de que há uma crescente oferta de cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) em música na modalidade EaD, com relação aluno/vaga significativa, conforme os dados disponíveis no portal e-MEC (Brasil, 2021). Do mesmo modo, os cursos livres e projetos de extensão em música na modalidade EaD cresceu muito nos últimos anos, entretanto, as pesquisas nesse seguimento são também incipientes.

Por que o incremento de graduações, cursos livres e projeto de extensão na modalidade EaD em música não ampliou o número de pesquisadores e pesquisas sobre a temática na pós-graduação? Essa é uma indagação para qual ainda não há resposta amparada por pesquisa, mas algumas hipóteses podem ser levantadas.

O número relativamente baixo de dissertações e teses sobre a temática talvez, em parte, esteja relacionado ao campo do trabalho, isto é, o incremento de cursos de graduação em EaD estariam mais voltados a suprir demandas de mercado e talvez estimulem menos a continuação da formação em nível da pós-graduação *stricto sensu*. Inclusive, é isso que sugerem Rego e Mucci (2015): a pós-graduação *stricto sensu* é voltada, principalmente, à carreira acadêmica, e a pós-graduação *lato sensu*, quando é cursada, direciona-se ao mercado de trabalho.

Além disso, o não incremento de pesquisas sobre música e EaD, nos últimos anos, pode estar relacionado, por exemplo: ao momento político que o ensino superior e os PPGs vivem, marcado por corte nos orçamentos das universidades federais; à diminuição significativa das bolsas de pesquisa – que impactaram fortemente as áreas das ciências humanas e das artes; ao negacionismo científico, aos ataques às universidades, pesquisadores e alunos; à mobilização de parte da opinião pública contra as IES; ao retrocesso nas garantias sociais, principalmente, das minorias (Morais; Souza; Maia; Teixeira, 2019); à agressão às artes e às manifestações culturais.

Por outro lado, a crise econômica e social vem solapando empregos e rebaixando os rendimentos dos trabalhadores desde 2015/2016, o que se agrava fortemente com a pandemia da Covid-19 a partir do início de 2020. Esses e outros fatores impactam também e diretamente os profissionais da música, com potencial para inibir e constranger a demanda pela formação pós-graduada nesse campo.

IES das dissertações e teses em música na modalidade EaD

IES	Unicamp	UFRGS	UCB	UFBA	UnB	UFSCar	UFRJ	Unoeste	UFPE	Unesp	UEM	USP	PUC-SP	UERJ	UFSM
Tese		3		6		1					1	1	2	1	1
Dissertação	2	3	1	9	9	5	1	1	2	1					
Total	2	6	1	15	9	6	1	1	2	1	1	1	2	1	1

Quadro 3: Instituições de ensino superior.¹

O Quadro 3 aponta as IES nas quais as teses e dissertações foram defendidas. As universidades privadas, que tiveram 4 defesas, 2 teses (PUC-SP) e 2 dissertações (1 na UCB e 1 na Unoeste), mostram pequena absorção de alunos com pesquisas sobre música. Esse fato permite levantar algumas hipóteses: primeiro, a evidência já abordada anteriormente, de que os PPGs de IES privadas não contemplam programas específicos de música e, por isso, os estudos sobre música e ensino de música seriam desenvolvidos em áreas afins; segundo, o custo das mensalidades das IES privadas dificulta a presença de músicos, pois estes, em boa medida, são profissionais liberais que dependem de várias atividades para compor um rendimento mensal que nem sempre é suficiente para fazer frente às mensalidades do mestrado ou doutorado.

Uma pesquisa realizada por Sanches (2016) sobre o percurso profissional de músicos e seus rendimentos no mercado de trabalho apontou que todos os sujeitos da pesquisa afirmaram não possuir renda fixa e estável. Segnini (2014), por sua vez, sinaliza que houve uma brusca diminuição do emprego formal em música: em 2004 eram 12.928 contra 5.661 em 2011. Além disso, a autora aponta que (no período de sua pesquisa), no campo da música, trabalhadores com registro em carteira compreendiam 4% do total, seguidos de 24% que se declaravam “sem carteira”, ou seja, sem registro profissional, e de 70% que eram autônomos ou “pejotizados”.

Os achados do Quadro 3 sugerem ainda uma hipótese explicativa adicional: as condições de fomento à pesquisa no Brasil, geralmente, são maiores nas IES públicas, que concentram também mais bolsas de estudos quando comparadas às instituições privadas, o que possivelmente favorece a maior presença de músicos nas IES públicas.

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Católica de Brasília (UCB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Oeste Paulista (Unoeste); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade de São Paulo (USP); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal de Santa Maria.

De fato, em nosso estudo, as IES públicas detêm a maioria absoluta das defesas (46), o que vai ao encontro do fato – indicado anteriormente – de que a maior parte da produção científica brasileira é realizada nas universidades públicas (Catani; Oliveira; Michelotto, 2010; Kuenzer; Moraes, 2005; Severino, 2009). Entre as universidades públicas, as federais foram as que mais realizaram defesas de teses e dissertações (40), enquanto as universidades estaduais tiveram 6 defesas. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a que realizou o maior número de pesquisas, 6 teses e 9 dissertações, num total de 15 defesas. Em seguida vem a Universidade de Brasília (UnB), com 9 dissertações; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) teve 3 teses e 3 dissertações; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) vem a seguir com 1 tese e 5 dissertações.

Uma questão a destacar a respeito desses achados é que a UFBA não possui o curso de licenciatura em música na modalidade EaD, mas possui mestrado em música desde 1990. Vale mencionar, a título de contextualização, que a primeira instituição a implantar o PPG na área de música foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1980, com mestrado em performance musical. O segundo mestrado em música é de 1982, no Conservatório Dramático Brasileiro: mestrado em educação musical. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tinha um mestrado em arte (1989), com separação, ao longo do curso, das áreas de formação (inclusive música), conforme esclarecem Kerr e Carvalho (2005). Essas autoras pontuam também que o primeiro doutorado em música foi da UFRGS, implantado em 1995, seguido pelo da UFBA em 1997, depois o da Universidade Federal do Rio (Unirio) em 1998, da Unicamp em 2001 e da Universidade de São Paulo (USP) em 2005.

Segundo o Documento de Área Artes/2016 da Capes, em 2015 havia 55 PPGs, existindo 21 com cursos de mestrado, 28 incluindo cursos de mestrado e doutorado e 5 com mestrados profissionais, um deles em rede, o PROF-ARTES, reunindo 11 instituições associadas (Brasil, 2016b, p. 2). O documento ainda aponta que 9 desses programas são mistos, em artes, 15 em música, sendo três profissionais. Conforme Fagerlande (2018), as universidades que ofertam o mestrado e o doutorado profissional em música são: o Programa de Pós-Graduação Profissional em Música (PPGPROM) da UFBA; o Programa de Ensino das Práticas Musicais (PROEMUS) da UNIRIO; e o Programa de Pós-graduação Profissional em Música (PROMUS) da UFRJ.

Região das IES

Região	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Tese	0	6		5	5
Dissertação	0	11	10	10	3
Total	0	17	10	15	8

Quadro 4: Região das IES.

Com relação à região de realização das pesquisas, o Quadro 4 aponta que o Nordeste teve um número discretamente maior de defesas, com 17 trabalhos, seguido pelo Sudeste, com 15. A região Centro-Oeste teve 10 e o Sul, 8 defesas no período. A região Norte não registrou defesas. Esse dado tem alguma relevância no que diz respeito ao quantitativo de pesquisas desenvolvidas na região Nordeste, pois, quando comparado com outras áreas de conhecimento, o Sudeste sempre fica em primeiro lugar (Velloso, 2002).

Segundo Rego e Mucci (2015), frente aos investimentos na expansão da pós-graduação *stricto sensu* nos últimos anos, a região Norte recebeu o maior incremento (15% ao ano); as regiões Centro-Oeste e Sul cresceram 12% ao ano; o Nordeste, 9,6% ao ano; e o Sudeste, 6,3% ao ano. Entretanto, conforme Oliveira Filho (2005), esse aumento da pós-graduação não foi suficiente para modificar as disparidades da produção científica existentes entre as regiões e, principalmente, entre os estados.

Teses e dissertação por autores e títulos

Autor	Título	Ano
Teses		
SOUZA, Cássia Virgínia Coelho de	<i>Programa de educação musical a distância para professores das séries iniciais do ensino fundamental</i>	2003
CAJAZEIRA, Regina Célia de Souza	<i>Educação continuada a distância para músicos da Filarmônica Minerva – Gestão e Curso Batuta</i>	2004
HENDERSON FILHO, José Ruy	<i>Formação continuada de professores de música em ambiente de ensino e aprendizagem online</i>	2007
BRAGA, Paulo David Amorim	<i>Oficina de violão: estrutura de ensino e padrões de interação em um curso coletivo a distância</i>	2009
GOHN, Daniel Marcondes	<i>Educação musical a distância: propostas para ensino e aprendizagem de percussão</i>	2010
CARVALHO, Isamara Alves	<i>Potencialidades e limites de uma disciplina do curso de educação musical a distância na UFSCAR</i>	2010
KRÜGER, Susana Ester	<i>A percepção de docentes sobre a formação continuada em educação musical, apoiada pela educação a distância, em um contexto orquestral</i>	2010
OLIVEIRA, Fernanda Assis de	<i>Pedagogia musical online: um estudo de caso no ensino superior de música a distância</i>	2012
RIBEIRO, Giann Mendes	<i>Autodeterminação para aprender nas aulas de violão a distância online: uma perspectiva contemporânea da motivação</i>	2013

Quadro 5: Títulos e autores das teses e dissertações. (continua)

SOARES, Maria Cecília	<i>Escuta musical via internet: contribuições para o ensino musical</i>	2013
WESTERMANN, Bruno	<i>As coisas e o ensino de violão: relação entre tecnologias digitais e características do ensino do instrumento no contexto da educação a distância</i>	2017
MARQUES JÚNIOR, Edgar Gomes	<i>Ensino de violão através da internet: análise de dois vídeos instrucionais em um canal do YouTube</i>	2017
OLIVEIRA, Patricia Lakchmi Leite Mertzig Goncalves de	<i>Pesquisas em educação musical a distância no Brasil: mapeamento de teses e dissertações (2002-2015)</i>	2018
SOUZA, Zelmielen Adornes de	<i>Aproximações e distanciamentos na docência virtual em música: narrativas de professores formadores em cursos de pedagogia da UAB</i>	2018
LEITE, Jaqueline Câmara	<i>Caminhos do repertório na formação de professores de música: um estudo sobre o PROLICENMUS</i>	2018
PEREIRA, Fabiano Lemos	<i>Licenciaturas em música a distância: um estudo dos cursos da Universidade Aberta do Brasil</i>	2019
Dissertações		
ARAÚJO, Cláudio Roberto	<i>Uma proposta de ferramenta de apoio a educação musical via web usando Java XML</i>	2002
FLORES, Luciano Vargas	<i>Conceitos e tecnologias para educação musical baseada na web</i>	2002
RODRIGUES, Dory Gonzaga	<i>Harmonia web: um sistema interativo de aprendizagem em harmonia musical baseado em ensino a distância via web</i>	2003
WESTERMANN, Bruno	<i>Fatores que influenciam a autonomia do aluno de violão em um curso de licenciatura em música a distância</i>	2010
EID, Jordana Pacheco	<i>Formação de professores de música a distância: um survey com estudantes da UAB/UnB</i>	2011
OLIVEIRA, Alberto Geraissate Paranhos de	<i>Mobilidade e educação a distância: utilização de materiais audiovisuais para telas de baixa resolução</i>	2011
ONÓFRIO, Roberto Marcos Gomes de	<i>A web como interface no ensino musical</i>	2011
BORNE, Leonardo da Silveira	<i>Trabalho docente na educação musical a distância: educação superior brasileira</i>	2011
SANTOS, Terence Peixoto dos	<i>Contribuições do curso de educação musical a distância da UFSCar nas percepções de licenciados-já-professores</i>	2012

Quadro 5: Títulos e autores das teses e dissertações. (continua)

MARQUES JÚNIOR, Edgar Gomes	<i>Aprendizagem de violão em um curso de licenciatura em música a distância: relações entre estudantes e material didático</i>	2013
COSTA, Hermes Siqueira Bandeira	<i>A docência online: um caso no ensino de teclado na licenciatura em música a distância da UnB</i>	2013
CORREIA, André Garcia	<i>Base de conhecimento docente em educação a distância: um estudo sobre educação musical</i>	2013
PEREIRA, Fabiano Lemos	<i>A aprendizagem de música através da internet: uma pesquisa empírica na educação musical a distância em universidades no Brasil</i>	2013
TOMIAZZI, Everton	<i>Educação musical a distância: formação continuada de docentes da educação infantil</i>	2013
ROSAS, Fátima Weber	<i>Competências para o contexto tecnológico musical: um foco nas tecnologias digitais online para a educação</i>	2013
ROSSIT, Fernando Henrique Andrade	<i>Educação musical a distância: base de conhecimento docente para o ensino de teclado</i>	2014
SILVA, Manasses Bispo da	<i>Engajamento discente na modalidade mista de ensino: um estudo de caso da aprendizagem musical com redes sociais educativas</i>	2014
SANTOS, Cláudia Elisiane Ferreira dos	<i>Ebook Teclado Acompanhamento da UFRGS: uma análise da correspondência entre as metas almejadas pelo PROLICENMUS e repertório proposto para estudo</i>	2014
AVILA, Alexandre Leite de	<i>A interpretação de cifras ao teclado na formação de uma discussão sobre aspectos técnicos e harmônicos relativos ao ensino do encadeamento de acordes proposto no licenciandos em música: PROLICENMUS</i>	2014
SERAFIM, Leandro Libardi	<i>Modelos pedagógicos no ensino de instrumentos musicais em modalidade a distância: projetando o ensino de instrumento de sopro</i>	2014
MÉIO, Daniel Baker	<i>Criação musical com o uso das TIC: um estudo com alunos de licenciatura em música a distância da UnB</i>	2014
REBOUCAS, Felipe de Miranda	<i>Modelos de avaliação da performance no violão em um curso de licenciatura em música a distância</i>	2015
COLABARDINI, Júlio César de Melo	<i>Formação de professores para educação musical: base de conhecimento necessária para a docência on-line</i>	2015
ARAÚJO, Jaíne Goncalves	<i>Evasão na EaD: um survey com estudantes do curso de licenciatura em música a distância da UnB</i>	2015

Quadro 5: Títulos e autores das teses e dissertações. (continua)

NUNES, Leonardo de Assis	<i>Composição de microcanções CDG no PROLICENMUS – uma discussão sobre o confronto entre respostas por antecipação e liberdade para criar</i>	2015
COELHO, Raiden Santos	<i>Mediação online: um estudo sobre a atuação de tutores a distância do curso de licenciatura em música da UnB</i>	2015
ATOLINI, Rafael Guerini	<i>Um estudo sobre o método musicalização de adultos através da voz (MAAV) no PROLICENMUS: contribuições de sistemas de organização do conhecimento</i>	2016
SANTOS JÚNIOR, Josué Berto dos	<i>A utilização das TDIC no planejamento da aula de música dos egressos do curso de licenciatura em música a distância da UnB</i>	2017
JARDIM, Vanessa de Souza	<i>Interações musicais via webconferência: um caso no curso de licenciatura em música a distância da UnB</i>	2017
SCHULTZ, Edilson	<i>Ensino de teclado no PROLICENMUS: um estudo sobre as relações entre o repertório exigido nas avaliações N2 e o rendimento alcançado pelos egressos</i>	2017
AMATO, Daniel Chris	<i>O ensino de canto coral nas licenciaturas EaD no Brasil</i>	2017
SOUZA, Tomás Teixeira de	<i>Laboratório online de música e tecnologia: planejando e implementando um MOOC para o ensino de música online</i>	2017
MOREIRA, Edson Del Casale	<i>O perfil do egresso do curso de licenciatura em música a distância da UnB e sua inserção no mercado de trabalho</i>	2019
FALCÃO, Luciano José Trindade	<i>Ferramenta de webconferência para a educação a distância de harmônica</i>	2020

Quadro 5: Títulos e autores das teses e dissertações. (conclusão)

Este quadro corresponde a uma espécie de catálogo, um guia dos títulos das teses e dissertações defendidas ao longo dos anos abarcados pela pesquisa (2002-2020). Não seria o caso analisar cada um deles no escopo deste artigo, mas seu registro poderá contribuir com pesquisadores na localização das produções e da demarcação de suas temáticas. Contudo, as temáticas pesquisadas apontam algumas questões pertinentes em relação ao uso das tecnologias digitais no processo ensino-aprendizagem, mas nem de longe as esgota, há ainda muitas outras problemáticas que precisam e merecem ser devidamente equacionadas. Há no mercado, por exemplo, ofertas variadas de formação online nas configurações de cursos livres, de extensão, de aprimoramento e de especialização, oferecidos por escolas de música virtuais e profissionais liberais (cursos livres). Essas ofertas ampliam-se com o avanço das redes sociais e das plataformas digitais, e não foram ainda efetivamente estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção sistemática e consistente de conhecimentos e seus autores – nas ciências, nas letras, na filosofia e nas artes – contribuem também na qualificação do debate público, na formulação e implementação de políticas públicas, como aquelas destinadas a refletir sobre a educação brasileira, e no enfrentamento de seus problemas ou insuficiências, o que inclui – claro – o ensino de música (presencial e a distância). Dialogar a respeito de aspectos da produção científica, em nível pós-graduação, no ensino a distância em música mostra-se interessante e necessário para pensar e compreender aspectos do fenômeno e da situação brasileira nesse campo.

O número de teses e dissertações levantado não parece muito robusto, é fato. A EaD em graduações de música é relativamente recente (iniciada em 2007 por três IES públicas), e ensinar a distância conteúdos curriculares que até pouco tempo eram desenvolvidos apenas e exclusivamente de modo presencial nas graduações de música é um desafio cujo enfrentamento, ao que parece, ainda precisa ser estimulado.

Se é assim, a graduação a distância de música necessita que muitas práticas nessa modalidade, apoiadas nas tecnologias digitais, sejam estudadas e avaliadas. O intuito da avaliação é investigar os desafios, os pontos fortes e fracos das estratégias e metodologias utilizadas nessa modalidade. É importante ressaltar que essa avaliação não deve ter como finalidade juízos de valor e sim compreensão dessa “nova” modalidade, das metodologias aplicadas e do uso das tecnologias digitais no ensino-aprendizagem da música, apontando benefícios e limites em relação ao ensino presencial, no sentido de entender como se desenvolvem esses processos no ensino a distância e de como podem ser continuamente aprimorados.

Por fim, a presente investigação não abrangeu a totalidade da produção pós-graduada *stricto sensu* a respeito do tema proposto: é um recorte realizado a partir de palavras-chave das teses e dissertações e de suas combinações. Certamente, serão bem-vindos novos estudos, com outras variáveis, que acrescentarão resultados de interesse ao campo do ensino de música.

REFERÊNCIAS

BORGES, Felipe Augusto Fernandes. A EaD no Brasil e o processo de democratização do acesso ao ensino superior: diálogos possíveis. *EaD em Foco*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 75-94, 19 dez. 2015.

BRAGA, Paulo David Amorim. *Oficina de violão: estrutura de ensino e padrões de interação em um curso coletivo a distância*. 2009. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de teses e dissertações*. Brasília: Capes, 2016a. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área 2016* [Área de Avaliação: Artes/Música]. Brasília: Capes, 2016b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/11_arte_docarea_2016.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC. *In: e-MEC*. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. *Série-Estudos: periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande, n. 30, p. 267-281, jul./dez. 2010.

COSTA, Hermes Siqueira Bandeira. *A docência online: um caso no ensino de teclado na licenciatura em música a distância da UnB*. Dissertação (Mestrado em Música) Instituto de Arte, Universidade de Brasília/ UnB, Brasília, 2013.

FAGERLANDE, Aloysio Moraes Rego. Mesa-redonda: refletindo sobre a pós-graduação em música no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 28., 2018, Manaus. *Anais [...]*. [S. l.]: Anppom, 2018. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/28anppom/manaus2018/paper/viewFile/5557/2045>. Acesso em 20 dez. 2021.

FARO, André. Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100007>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FERNANDES, José Nunes. Pesquisa em educação musical: situação do campo nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação stricto sensu brasileiros. *Revista da Abem*, Porto Alegre, v. 15, p. 11-26, set. 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; GOMES, Cláudio. Agradecimentos. In: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DIMENSÕES EPISTEMOLÓGICAS E POLÍTICO-PEDAGÓGICAS, 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 11-18.

HAAS, Celia Maria; LOPES, José Norberto Souza. Desafios da docência em educação a distância: o que dizem os professores. *Informática na Educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 113-130, jul./dez. 2014.

HENDERSON FILHO, José Ruy. *Formação continuada de professores de música em ambientes de ensino de aprendizagem online*. 2007. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Estado do conhecimento. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/linha-editorial/estado-do-conhecimento#:~:text=A%20publica%C3%A7%C3%A3o%20apresenta%20o%20processo,Publicado%20desde%202000>. Acesso em: 23 nov. 2021.

KERR, Dorotéia.; CARVALHO, Any Raquel. A pesquisa sobre órgão no Brasil: estado-da-arte. *Per Musi*, Belo Horizonte, v. 12, p. 25-38, 2005.

KUENZER, Acacia Zenaida; MORAES, Maria Célia Marcondes. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005.

MATTAR, João. *Guia de educação a distância*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114696/>. Acesso em: 13 out. 2022.

MÉIO, Daniel Baker. *Criação musical com o uso das TIC: um estudo com alunos de licenciatura em música a distância da UnB*. 2014. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MORAIS, Normanda Araujo; SOUZA, Luana Elayne Cunha de; MAIA, Luciana Maria; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Desafios e perspectivas de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia de uma instituição privada no nordeste brasileiro. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 24, n. 2, p. 159-170, jun. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 73-95, out./dez. 2016.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 8, n. 15, 31 mar. 2011.

OLIVEIRA, Patricia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de. *Pesquisas em educação musical a distância no Brasil: mapeamento de teses e dissertações (2002–2015)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

OLIVEIRA FILHO, Eduardo Cyrino de. Reforma Universitária: o Plano Nacional de Pós Graduação, 2005-2010. [S. l.: s. n.], 2005. Trabalho apresentado no Seminário Preparatório da 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, Brasília, 10 e 11 de março de 2005.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Para pensar e construir outro futuro: o campo científico, a ação coletiva e o artesanato intelectual. In: CANDUSSO, F. (org.). *30 + 30: pós-graduação & música*. Salvador: Edufba, 2020. p. 99-112. (Série Paralaxe, 5).

PINTO JUNIOR, Glenio do Couto; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. *Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 227-249, 2014.

PIRES, Nair; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro Freitas. Música nas escolas de educação básica: a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil (1972-2011). *Opus*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 171-208, dez. 2013.

REGO, Ighor Jean; MUCCI, Luiz Carlos. Pós-graduação lato senso e stricto sensu: direito fundamental à educação capaz de conduzir a um relevante e renovado inovador Brasil do futuro. *Direitos Sociais e Políticas Públicas*, Bebedouro, v. 3, n. 1, p. 142-167, 2015. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/68/pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. *Diálogos Educacionais*, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006.

SARMENTO, Maria das Graças Silva; BEZERRA, Eva da Silva; BRITO, Elem Cristina Sahdo de; BAILOSA, Rutelene Oliveira; CALLERA, Katia Feitoza; VALENTE, Marina dos Santos; SEFFAIR, Rebecca Pereira; DOURADO NETA, Stelita Pacheco. A importância da educação EaD no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 120166-120182, Dec. 2021.

SANCHES, Antônio Paulo Lucas de Vasconcelos e. *O músico profissional: liberdade artística versus sustentabilidade financeira*. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola Superior de Artes e Design, Instituto Politécnico, Leiria, 2016.

SEGNINI, Lilians Rolfsen Petrilli. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 75-86, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100006>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, 2009.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. *Alfabetização*. Brasília: MEC: Inep: Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento).

VELLOSO, Jacques (org.). *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no País*. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002817.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Recebido em 15/02/2022, aprovado em 07/06/2022

André Luiz Lopes de Araújo é licenciado em Música, especialização em educação musical, mestre em fonoaudiologia, doutorando do programa de pós-graduação Comunicação Humana e Saúde na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0001-9575-8188>

Luiz Augusto de Paula Souza é doutor em Psicologia Clínica e professor titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP no PPG em Comunicação Humana e Saúde. Possui graduação em Fonoaudiologia (1985), mestrado em Distúrbios da Comunicação (1990) e doutorado em Psicologia Clínica (1997). Professor titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência no campo da linguagem e de suas relações com os afetos, atuando principalmente nas seguintes áreas: clínica da linguagem; clínica e subjetividade; inteligência coletiva; tecnologias da inteligência, saúde coletiva e comunicação. <https://orcid.org/0000-0003-4968-9753>.